

EDITAL

DE

CONCORRÊNCIA

Nº 024/2017 - ALTERADO

DESO

ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	4
1 – OBJETO.....	4
CAPÍTULO II.....	6
2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	6
CAPÍTULO III.....	6
3 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
CAPÍTULO IV.....	8
4 – CONDIÇÕES GERAIS PARA HABILITAÇÃO.....	8
CAPÍTULO V.....	9
5 – APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
CAPÍTULO VI.....	11
6 – ENVELOPE “A” – PROPOSTA COMERCIAL.....	11
CAPÍTULO VII.....	12
7 – AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	12
CAPÍTULO VIII.....	13
8 – ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.....	13
CAPÍTULO IX.....	16
9 – ADJUDICAÇÃO.....	16
CAPÍTULO X.....	16
10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	16
CAPÍTULO XI.....	17
11 – FORMA DE PAGAMENTO.....	17
CAPÍTULO XII.....	19
12 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.....	19
CAPÍTULO XIII.....	20
13 – CONDIÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS.....	20
CAPÍTULO XIV.....	21
14 – MULTAS.....	21
CAPÍTULO XV.....	22
15 – GARANTIA CONTRATUAL.....	22
CAPÍTULO XVI.....	23
16 – REAJUSTAMENTO.....	23
CAPÍTULO XVII.....	24
17 – RESCISÃO.....	24
CAPÍTULO XVIII.....	24
18 – FORO.....	24
ANEXOS.....	25
ANEXO I.....	26
MODELO DE CREDENCIAL.....	26
ANEXO II.....	27
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	27
ANEXO III.....	28
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR.....	28
ANEXO IV.....	29
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO.....	29
ANEXO V.....	30
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.....	30
ANEXO VI.....	31
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL.....	31
ANEXO VII.....	32
MINUTA DO CONTRATO.....	32
ANEXO VIII.....	44
INSTRUÇÕES.....	44

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO
URBANO – SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADO – DESO

OBJETO: Contratação de locação de equipamento combinado de hidrojateamento e sucção a vácuo, montados sobre chassis de caminhões compatíveis com o equipamento e fornecimento de mão de obra para desobstrução, lavagem de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos sistemas de esgotamento sanitário operado pela DESO no estado de Sergipe.

DATA: 11 de janeiro de 2018; **HORA:** 09:00 h; **TIPO:** Menor Preço; **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preços Unitários; **FONTE DE RECURSOS:** Receita Própria da DESO – Rubrica 10; **REGÊNCIA LEGAL:** Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, revisada e atualizada e Lei Estadual nº 5.848 de 16/03/06. **INFORMAÇÕES:** Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – Fone 0XX.79.3226-1021/1022.

Aracaju/SE, 04 de dezembro de 2017.

Daniel Carlos Aragão Melo Santos
Presidente da Comissão Permanente
de Licitação – DESO

CAPÍTULO I

1 – OBJETO

O presente Edital de CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADO – DESO, suas Especificações, Instruções e Anexos, fornecem os elementos indispensáveis à apresentação de propostas para a **Contratação de locação de equipamento combinado de hidrojateamento e sucção a vácuo, montados sobre chassis de caminhões compatíveis com o equipamento e fornecimento de mão de obra para desobstrução, lavagem de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos sistemas de esgotamento sanitário operado pela DESO no estado de Sergipe.**

1.1 – ANÁLISE DO OBJETO

Conforme INSTRUÇÕES e seu Anexo, elementos integrantes desta CONCORRÊNCIA.

1.2 – DOS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E RECURSOS HUMANOS, conforme descrito no item 3.2 das INSTRUÇÕES.

1.2.1 – Caminhão truck para limpeza de redes: Caminhão truck combinado com hidrojato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque mínima de 14.000 litros, sendo 8.000 litros para detritos, 6.000 litros para água limpa(hidro). Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 260 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões truck compatíveis com o equipamento.

1.2.2 – Caminhão toco para limpeza de redes: Caminhão toco combinado com hidrojato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque de 10.000 litros, sendo 7.000 litros para detritos e 3.000 litros para água limpa. Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 260 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões toco compatíveis com o equipamento.

1.2.3 – Caminhão toco para limpeza de elevatórias e estações de tratamento: Caminhão toco combinado com hidrojato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque de 10.000, sendo 7.000 litros para detritos e 3.000 litros para água limpa e com cabine estacionária para transporte (04) passageiros. Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 102 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta

pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões toco compatíveis com o equipamento.

Observações: 1 – Cada caminhão deve conter no mínimo 03 bicos reserva compatíveis com o equipamento, sinalizador rotativo intermitente na cor âmbar com base imantada, solto com plug para ligação no acendedor de cigarro do veículo e suporte para cone de sinalização.

2 – Deverá estar incluído na proposta a operação do equipamento por pessoa treinada e habilitada para dirigir caminhão, portador de CNH categoria “D”, que desenvolverá os serviços sob orientação e supervisão da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA é obrigada a afastar imediatamente do serviço qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.

3 – O caminhão a jato/vácuo deverá ter adesivo em suas laterais com as seguintes palavras: **“A Serviço da DESO”**, respeitando os padrões adotados pela DESO.

4 – Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de óleo lubrificante, ARLA e os demais insumos (**exceto combustível**), necessários para o desenvolvimento dos serviços, bem como a manutenção dos equipamentos e acessórios respectivos, inclusive substituição de peças danificadas durante os serviços.

5 – Na execução dos trabalhos, deve haver proteção contra o risco de acidente com o pessoal da CONTRATADA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco a Companhias ou Institutos Seguradores.

1.3 – DAS GENERALIDADES, conforme descrito no **item 3.1** das INSTRUÇÕES.

1.3.1 – A DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviço, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área de atendimento e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta concorrência.

1.3.2 – A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo prazo contratual os equipamentos com as características dadas no **item 1.2**, que deverão atuar nos serviços de limpeza de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos Sistemas de Coleta de Esgotos operados pela DESO.

1.3.3 – Os serviços poderão ser solicitados em qualquer dia da semana, no horário das 7:00 às 17:00h. Não serão pagas horas extras e nem Km excedente nesta prestação de serviço.

1.3.4 – Os serviços serão fiscalizados por pessoal pertencente à DESO, ou por pessoa física ou jurídica por ela designada, doravante indicada pelo nome de FISCALIZAÇÃO.

1.3.5 – Durante o prazo contratual os equipamentos serão de uso exclusivo da DESO, devendo ser recolhidos ao pátio desta Companhia ou outro local indicado pela FISCALIZAÇÃO, ao final dos serviços conforme detalhamento abaixo:

1.3.6 – Os veículos deverão ser equipados com sistema de rastreamento e a DESO deverá ter acesso ao mesmo para uma melhor fiscalização dos serviços executados pela CONTRATADA.

• **Para a Região Metropolitana de Aracaju** – (atuará na Região Metropolitana de Aracaju)

Veículo sediado na SUES/DESO – D.I.A – Aracaju

04 (quatro) unidades do equipamento especificado no **item 1.2.1**

- **Para a Regional Norte** – (atuará na Região Norte do Estado de Sergipe)

Veículo sediado em Propriá /SE

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.2**

- **Para a Regional Sul** – (atuará na Região Sul do Estado de Sergipe)

Veículo sediado na DESO LAGARTO/SE

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.2**

- **Para Limpeza de EEE** - (atuará em todo o Estado de Sergipe)

Veículo sediado na SUES/DESO – D.I.A – Aracaju

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.3**

1.3.7 – A LICITANTE VENCEDORA deverá dispor de veículos reserva com as mesmas referências dos **itens 1.2.1 a 1.2.3**, para substituição imediata em caso de quebra ou eventual manutenção dos veículos locados, e o mesmo deverá ficar à disposição da CONTRATANTE em garagem própria da CONTRATADA, desde que a mesma tenha garagem licenciada pelo órgão municipal de meio ambiente.

CAPÍTULO II

2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objeto deste Edital correrão à conta da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

CAPÍTULO III

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – DEFINIÇÕES

Sempre que as palavras indicadas abaixo, ou os prenomes usados em seu lugar, aparecem nestes documentos de **CONCORRÊNCIA** ou em qualquer lugar de seus Anexos, elas terão o significado determinado a seguir:

a) DESO

Companhia de Saneamento de Sergipe;

b) CONTRATANTE

DESO;

c) PROPONENTE/LICITANTE

Empresa que apresenta proposta para prestação dos serviços objeto da presente **CONCORRÊNCIA**;

d) CONTRATADA

Empresa vencedora desta **CONCORRÊNCIA** em favor da qual forem adjudicados os serviços, mediante a assinatura do Contrato;

e) FISCALIZAÇÃO

DESO e/ou prepostos, devidamente credenciados para realização da fiscalização dos serviços, objeto da presente **CONCORRÊNCIA**. A **FISCALIZAÇÃO** implicará na inspeção dos

serviços em execução e executados com a finalidade de assegurar sua qualidade, obediência às instruções e especificações, cronogramas e demais dados informados pela PROPO-NENTE em sua proposta, bem como execução dos testes. Para tanto, ser-lhe-á permitido o livre acesso às instalações dos serviços e/ou subcontratados envolvidos na execução.

3.2 – A COMPANHIA fornecerá aos inscritos, além do edital e seus anexos, outros elementos que, a seu critério, sejam considerados indispensáveis ao pleno conhecimento da CONCORRÊNCIA;

3.3 – Esclarecimentos de dúvidas sobre os documentos da CONCORRÊNCIA só serão atendidos mediante solicitação por escrito, protocolada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, antes da data marcada para a entrega das propostas. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados em envelope fechado, como segue:

a) No centro do envelope:

À COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE
À Comissão Permanente de Licitação
Endereço – Rua Campo do Brito nº 331
Cidade – Aracaju
CEP – 49.020-380

b) No canto superior esquerdo do envelope;

CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO
PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
PROPONENTE _____

- Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos através de *e-mail*;
- Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

3.4 – O presente Edital de CONCORRÊNCIA poderá ser impugnado por qualquer interessado, desde que protocole seu pedido de impugnação até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

- A DESO terá o prazo de 03 (três) dias úteis para responder a impugnação.

3.5 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a LICITANTE que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas desta CONCORRÊNCIA.

3.6 – A COMPANHIA poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no Edital da presente CONCORRÊNCIA. Caso os aditamentos, modificações ou revisões, alterem ou afetem a formulação das propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido.

- Os aditamentos, modificações ou revisões serão encaminhados às firmas através de e-mail.

3.7 – Não serão consideradas propostas apresentadas após a data e hora convencionadas para a abertura das mesmas.

3.8 – A DESO poderá revogar este Edital, se presentes razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua conduta. Poderá ainda anulá-lo por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

3.9 – Caso a data prevista para realização desta CONCORRÊNCIA seja declarada feriado ou ponto facultativo e não havendo retificação de convocação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

3.10 – A critério do Presidente da Comissão Permanente de licitações, o início dos trabalhos poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) minutos da hora estabelecida no Edital.

3.11 – Esta CONCORRÊNCIA será regida pelos documentos cuja hierarquia se estabeleça, na seguinte ordem:

- **EDITAL**
- **INSTRUÇÕES**
- **ANEXOS**

3.12 – Estarão impedidos de participar desta CONCORRÊNCIA, empresa ou entidade cujos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, sejam acionistas da DESO, detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, bem como dirigentes, empregados ou membros da Comissão Permanente de Licitações da DESO.

3.13 – A LICITANTE VENCEDORA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, desde que a somatória não ultrapasse o valor da modalidade licitada. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os CONTRATANTES.

3.14 – Na ocorrência de acréscimos dos quantitativos, inicialmente contratados, e respeitado o limite acima, o Contrato poderá ter seu prazo prorrogado.

3.15 – O Contrato poderá ainda ter seu prazo prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termo Aditivo, pelo máximo de 60 (sessenta) meses, bem como sofrer alterações nas hipóteses elencadas nos Artigos 57, inciso II e 65 com seus incisos e Parágrafos, respectivamente, da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO IV

4 – CONDIÇÕES GERAIS PARA HABILITAÇÃO

4.1 – Poderão participar desta licitação, empresas nacionais legalmente constituídas, que tendo adquirido este Edital com seus elementos constitutivos venham a atender as condições exigidas para sua habilitação.

4.2 – Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

4.3 – É vedada a participação de empresas sob qualquer das seguintes condições:

4.3.1 – Declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

4.3.2 – Declarada suspensa de licitar com a DESO;

4.3.3 – Em processo de falência.

4.3.4 – Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, impedimento de licitar

e/ou contratar com a DESO ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 7º da lei 10.520/ 2002, e do artigo 87, da Lei n. 8.666/93;

a) A comissão permanente de licitações para cumprimento do item acima deverá consultar o portal **www.deso-se.com.br** na aba '*fornecedores penalizados*'.

b) O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da empresa LICITANTE.

4.4 – A empresa interessada em participar desta licitação poderá conhecer gratuitamente a íntegra deste Edital, em sala especialmente reservada para esta finalidade, no endereço sede da DESO estabelecido no preâmbulo deste ato convocatório.

4.5 – O fornecimento deste Edital, quando solicitado, com seus elementos constitutivos, fica condicionado ao recolhimento à Tesouraria da DESO, da importância de **R\$ 50,00** (cinquenta reais), valor este limitado ao custo efetivo de reprodução, por qualquer meio, da documentação fornecida, cujo valor não será devolvido, salvo se houver revogação ou nulidade desta licitação, desde que para este caso não tenha havido imputabilidade à empresa adquirente, e mediante restituição integral do material que lhe tenha sido fornecido em perfeitas condições e ordem.

4.6 – Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

4.6.1 – O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, salvo como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada;

4.6.2 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do INSTRUMENTOS ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

4.6.3 – Servidor ou dirigente de órgão ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação;

4.6.4 – Será permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o subitem 4.6.1 acima, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.7 – A participação nesta licitação implica em aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO V

5 – APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – As propostas deverão ser apresentadas em 02 (dois) envelopes fechados, os quais deverão conter as seguintes indicações:

5.2 – A Proposta poderá ser encaminhada por via postal com aviso de recebimento (AR), ou entregue diretamente à Comissão de Licitação.

a) No centro dos 02 (dois) envelopes,

À COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

Endereço: Rua Campo do Brito nº 331

Cidade: Aracaju – ESTADO: SERGIPE

CEP: 49.020-380

b) No canto superior esquerdo a indicação do envelope, como segue:

Envelope A: "Proposta Comercial"

CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO

Nome do PROPONENTE:

Envelope B: "Documentos para Habilitação"

CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO

Nome do PROPONENTE:

Opcional quando for o caso – Envelope C: "Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)".

CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO

Nome do PROPONENTE:

5.2 – Para fins de qualificação e enquadramento como **microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, as empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 14/ 12/06, incisos I e II do Artigo 3º, deverão atender as disposições do art. 3º da Lei Estadual nº 6.206 de 24/09/07, abaixo transcrito;

Art. 3º – A qualificação de Microempresa (**ME**) ou Empresa de Pequeno Porte (**EPP**), a que se refere o art. 2º, deve ser comprovada por meio das informações contidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acessível no sítio **www.receita.fazenda.gov.br**.

5.3 – Instalada a Sessão, o Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO declarará aberto os trabalhos, sendo vedado, a partir deste momento, receber documentações outras que não de empresa LICITANTE VENCEDORA presente no horário aprazado. Serão solicitadas as **CREDENCIAIS** E A **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO** que serão analisadas e estando as mesmas de acordo com as exigências abaixo descritas, os representantes credenciados serão convidados a apresentarem os **ENVELOPES A – PROPOSTA COMERCIAL e B – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, sendo os mencionados envelopes rubricados por todos as LICITANTES e pela Comissão de Licitação, ficando em poder desta.

5.3.1 – A **CREDENCIAL** poderá ser uma carta de apresentação, conforme **modelo do ANEXO I** deste Edital.

5.3.2 – Na **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, a LICITANTE declara atender todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento convocatório, conforme **modelo do ANEXO II** deste Edital de Concorrência.

5.4 – Cópia autenticada do Contrato Social, quando a Empresa for representada por um de seus proprietários.

5.5 – A apresentação da CREDENCIAL em desacordo às exigências deste Edital não impede a participação da LICITANTE no procedimento licitatório, tampouco o recebimento dos documentos pela Comissão de Licitação. Não será permitido, porém, a manifestação da LICITANTE durante a sessão.

5.6 – A Proposta poderá ser encaminhada por via postal com aviso de recebimento (AR), ou entregue diretamente à Comissão de Licitação.

CAPÍTULO VI

6 – ENVELOPE “A” – PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – A Comissão de Licitação promoverá a abertura dos envelopes das propostas de preço, verificando a conformidade de cada proposta com as exigências abaixo relacionadas, julgando-as e ordenando-as de acordo com o critério do menor preço.

6.2 – Os documentos que instruirão a Proposta Comercial, a seguir relacionados, deverão ser apresentados em 01 (uma) via original em papel timbrado da PROPONENTE, numerados, dispostos ordenadamente e encadernados separadamente, de forma a não conter folhas soltas.

- A primeira folha deverá conter índices dos documentos anexados.

6.3 – Na proposta de preços deve constar claramente os seguintes elementos:

6.3.1 – Objeto: **Contratação de locação de equipamento combinado de hidrojateamento e sucção a vácuo, montados sobre chassis de caminhões compatíveis com o equipamento e fornecimento de mão de obra para desobstrução, lavagem de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos sistemas de esgotamento sanitário operado pela DESO no estado de Sergipe.**

a) Deverá estar incluído na proposta a operação do equipamento por pessoa treinada e habilitada para dirigir caminhão, portador de CNH categoria “D”, mais um ajudante que desenvolverão os serviços sob orientação e supervisão da DESO. A CONTRATADA é obrigada a afastar imediatamente do serviço qualquer elemento julgado pela DESO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.

b) O caminhão a jato/vácuo deverá ter adesivo em suas laterais com as seguintes palavras: “A Serviço da DESO”, respeitando os padrões adotados pela DESO.

d) Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de óleo lubrificante, ARLA e os demais insumos (**exceto combustível**), necessários para o desenvolvimento dos serviços, bem como a manutenção dos equipamentos e acessórios respectivos, inclusive substituição de peças danificadas durante os serviços.

e) Também será de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção dos equipamentos e acessórios respectivos, inclusive substituição de peças danificadas durante os serviços.

6.3.2 – Preço unitário (diária) e total dos serviços, incluso transporte, mão de obra, ISS e demais impostos;

6.3.4 – Prazo para execução dos serviços: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados a partir da data de emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme *art. 57, inciso II* da Lei nº 8.666/93.

a) A DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Fornecimento Parciais, de acordo com seu planejamento de prioridades e com a disponibilidade de re-cursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta CONCORRÊNCIA.

6.3.5 – Referência ao local de execução dos serviços: no **Estado de Sergipe**;

6.3.6 – DECLARAÇÃO formal pela qual a LICITANTE concorda com os termos desta Tomada de Preços e com a emissão das Notas Fiscais/Faturas/Recibos diretamente à DESO, como também a DECLARAÇÃO formal do prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias** corridos, conforme modelo do **ANEXO IV** deste Edital, contados da data de Sessão de Abertura do Certame, suspendendo-se este **prazo** na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial. Neste caso a DESO prorrogará o prazo de validade das Propostas, pelo tempo necessário à conclusão dos Recursos.

6.3.7 – A PROPONENTE deverá apresentar DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR, conforme **modelo do ANEXO III**;

6.3.8 – A PROPONENTE deverá indicar a opção da **CAUÇÃO** para garantia do Contrato, conforme CAPÍTULO XVI deste Edital.

6.4 – CONDIÇÕES RESTRITIVAS AO ENVELOPE “A”

6.4.1 – Serão desclassificadas as firmas que deixarem de atender ao disposto nos **subitens 6.3.1** ao **6.3.7** do item **6.3** acima.

CAPÍTULO VII

7 – AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 – O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços para classificação é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Tenham inobservado o presente Edital ou sejam incompatíveis com as normas e parâmetros nele estabelecidos, inclusive as que contenham cotação para serviços não previstos nas Instruções;
- b) Estejam incompletas ou apresentem emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- c) Cujos preços unitários forem zero ou cotados com preços unitários superiores aos orçados pela DESO;
- d) Ofereçam preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais LICITANTES;
- e) Excedam o valor orçado pela DESO;
- f) Cujos preços sejam manifestamente inexequíveis.

7.3 – Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.4 – Se todas as propostas das PROPONENTES forem desclassificadas, a Comissão pode-

rá fixar as LICITANTES 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que as desclassificaram, de acordo com o art. 48 § 3º, da Lei nº 8.666/93.

7.5 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público.

7.6 – CONDIÇÕES ESPECIAIS

7.6.1 – Se por ocasião do Julgamento da CONCORRÊNCIA ou da elaboração do Contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade que denunciem dolo, má-fé ou grave omissão no cumprimento do dever inerente ao serviço por parte das PROPONENTES, estas, sem prejuízo das cominações legais cabíveis, ficarão impossibilitadas de contratar ou transacionar com a DESO.

7.6.2 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta preencha as condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deve declará-lo vencedor, adjudicando-lhe o objeto licitado e encaminhando os autos à autoridade competente para que esta decida sobre a homologação do certame licitatório.

CAPÍTULO VIII

8 – ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 – Encerrada a fase de julgamento das propostas, a Comissão de Licitação deve abrir **apenas** o envelope contendo a documentação do LICITANTE que apresentou a melhor proposta.

8.2 – Os documentos a seguir relacionados deverão ser apresentados em uma (01) via original ou fotocópia autenticada, numeradas, dispostas ordenadamente e encadernadas separadamente, de forma a não conter folhas soltas. A primeira folha deverá conter índice dos documentos anexados.

8.3 – Habilitação Jurídica:

8.3.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

8.3.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.3.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento.

8.4 – Regularidade Fiscal:

8.4.1 – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), antigo Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF);

8.4.2 – Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio

ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

8.4.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

8.4.5 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- O prazo de validade das Certidões descritas no item anterior, será o consignado em cada Certidão. No caso de não consignação do prazo de sua validade, este será de 90 (noventa) dias.

8.4.6 – A LICITANTE que optar pelo seu domicílio, deverá apresentar toda documentação exigida nos subitens acima do mesmo domicílio. Se escolher a sua sede, deverá apresentar todos os documentos acima exigidos referentes à sua sede.

8.5 – Regularidade Trabalhista:

8.5.1 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

8.6 – Qualificação Técnica:

8.6.1 – Comprovação de aptidão técnica, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa;

8.6.2 – Apresentar certificado técnico federal emitido pelo IBAMA (CR – Certificado de Regularidade);

8.6.3 – Apresentar licença ambiental emitida pelo órgão ambiental do estado de execução dos serviços;

8.6.4 – A empresa vencedora terá 60 dias para se credenciar junto a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO para o descarte dos efluentes, sob pena de não assumir a execução dos serviços;

8.6.5 – Apresentar alvará sanitário expedido por órgão municipal competente (vigilância sanitária);

8.6.6 – Comprovação da propriedade dos veículos em nome da LICITANTE;

8.6.7 – Apresentar apólice de seguro dos veículos contra terceiros com cobertura para anos pessoais, morais e materiais;

8.6.8 – Apresentar documentação do profissional técnico responsável pela empresa;

8.6.9 – Os caminhões deverão ter no máximo 5 anos de uso, quando da assinatura da ordem de serviço.

8.7 – Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do LICITANTE, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, ou que esteja dentro do prazo de validade expressa na própria certidão.

8.7.2 – Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.7.3 – Garantia de Participação limitada a **1% (um por cento) do valor orçado**, em uma das seguintes modalidades: **1** – Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública; **2** – Seguro Garantia; **3** – Fiança Bancária.

a) Para efetivação dessa garantia, a PROPONENTE deverá apresentar a opção escolhida na Tesouraria da DESO, em no mínimo **03 (três) dias anteriores** a data de abertura do certame, sendo a mesma devolvida no vigésimo dia após o encerramento da licitação.

8.8 – As LICITANTES são obrigadas a apresentarem declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme **modelo do ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, deste Edital;

8.9 – As LICITANTES são obrigadas a apresentarem a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL, conforme **modelo do ANEXO VI** deste Edital;

8.10 – Declaração formal do nome completo e CNPF/MF da pessoa que assinará o contrato, bem como a conta bancária em que os pagamentos deverão ser efetuados.

8.11 – CONDIÇÕES RESTRITIVAS AO ENVELOPE “B”

8.11.1 – A LICITANTE que apresentar documentação em desacordo com o solicitado nos itens **8.3** ao **8.10** acima, será inabilitada.

8.11.2 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta preencha as condições de habilitação exigidas nos subitens acima, a Comissão deve declará-la vencedora, adjudicando-lhe o objeto licitado e encaminhando os autos à autoridade competente para que esta decida sobre a homologação do certame licitatório.

8.11.3 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta seja inabilitada, a Comissão de Licitação deve abrir e examinar os envelopes contendo os documentos de habilitação das LICITANTES subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a verificação de que foram atendidas as condições de habilitação.

8.11.4 – Após a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação, a Comissão pode promover o saneamento do procedimento licitatório, convalidando falhas meramente formais nos documentos apresentados, sem prejuízo da possibilidade de realização de diligências.

CAPÍTULO IX

9 – ADJUDICAÇÃO

9.1 – A adjudicação do objeto desta CONCORRÊNCIA se efetivará através de Contrato a ser firmado com a firma vencedora, de acordo com a minuta constante do modelo do **ANEXO VII** deste Edital, que define os direitos e obrigações da CONTRATANTE e da LICITANTE VENCEDORA, e do qual fazem parte integrante o presente Edital e seus ANEXOS, independentemente de transcrição.

9.2 – A empresa será comunicada, por escrito, para assinatura do Contrato, nos termos do **item 3.2** da CLÁUSULA III, da minuta do Contrato, elemento integrante deste Edital, momento em que deverá ser apresentado a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), o CRF (FGTS) e, a Certidão de Tributos Municipais (ISSQN), dentro do prazo de validade.

a) Em caso de desistência da assinatura do Contrato, além das medidas legais cabíveis (Multa prevista neste Edital), a PROPONENTE VENCEDORA será suspensa de participar de licitações na DESO por 01 (um) ano, o que será publicado no Diário Oficial do Estado.

9.3 – Não atendida a convocação, a DESO chamará a segunda classificada para assinar o Contrato, nas mesmas condições de preço e prazo da PROPONENTE VENCEDORA.

9.4 – No caso, ainda, em que a segunda classificada não atenda a convocação, a DESO, observado o mesmo procedimento estabelecido no item anterior, convocará as próximas PROPONENTES obedecidas a ordem de classificação.

9.5 – Em caso do não comparecimento das PROPONENTES classificadas para a assinatura do Contrato, a CONCORRÊNCIA será revogada.

CAPÍTULO X

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos seguintes casos:

- a)** Habilitação ou inabilitação do LICITANTE;
- b)** Julgamento das propostas;
- c)** Anulação ou revogação da presente licitação;
- d)** Rescisão do Contrato;
- e)** Aplicação das penas de advertências, suspensão temporária e multa.

10.2 – As razões do recurso serão dirigidas ao Presidente da DESO por intermédio do Presidente da C.P.L., através de petição interpositória. Recebido o recurso, o Presidente da C.P.L. comunicará aos demais LICITANTES que terão vista do processo na DESO, podendo impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 – O Presidente da C.P.L. poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir ao Presidente da DESO, devidamente do recurso, para proferir decisão.

10.4 – Sendo procedente o recurso, o Presidente da DESO dará provimento ao mesmo e determinará à Comissão o desfazimento do ato recorrido.

10.5 – Sendo improcedente o recurso, o Presidente da DESO negará provimento ao mesmo e determinará à Comissão a manutenção do ato recorrido.

10.6 – Na contagem dos prazos acima, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

CAPÍTULO XI

11 – FORMA DE PAGAMENTO

11.1 – Os serviços objeto deste Edital serão pagos mediante **medições mensais**, correspondentes aos serviços efetivamente executados, mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. Nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E. nº 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO.

a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.

b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

11.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus anversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

- Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: **nfse@deso-se.com.br**, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas contratadas.

11.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

11.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei nº 12.440/2011)

11.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11.1.5 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município – CND Municipal, como também a Certidão de Regularidade de Tributos (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, fornecida pelo órgão competente e, ainda:

- Comprovação do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no Município onde o serviço está sendo executado, referente aos recebimentos do mês anterior, identificando o serviço (a partir do 2º pagamento);
- Quando do pagamento da última parcela, será comprovado o recolhimento do ISSQN, tanto referente aos pagamentos do mês anterior, como da parcela em questão.

11.1.6 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia (R.D.E nº 21/2015);

11.1.7 – Apresentar DARF da retenção de 1,5% IRPJ e DARF da retenção de 4,65% (CSII, COFINS, PIS/PASEP);

11.1.8 – Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe – CREA/SE (quando do 1º pagamento);

11.1.9 – Declaração da CONTRATADA, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada;

11.2 – A DESO adotará, como base para apuração dos cálculos de retenção, a alíquota definida na legislação previdenciária vigente, observando-se os critérios abaixo transcritos, recolhendo para o INSS o valor retido em documento de arrecadação.

a) Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela CONTRATADA, discriminados no Contrato e na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados;

b) Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em Contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a:

- 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

11.2.1 – As empresas dispensadas de retenções, deverão entregar a declaração, anexa ao documento de cobrança, a que se refere à IN SRF 480/2004 e IN SRF 539/2005, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de se não o fizerem, se sujeitarão à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal.

11.3 – Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, além dos documentos exigidos acima, a baixa dos serviços, junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

11.4 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena de incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária em outras Praças.

11.5 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (tri-

gésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item **11.1** acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até a data do seu efetivo pagamento.

a) Havendo requerimento do contratado, para o caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º dia, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, ou seja, antes do 30º dia, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo.

11.6 – Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

11.7 – SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

11.7.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- a)** Deixar de apresentar declaração que tem contabilidade regularizada e cópia do Diário Contábil;
- b)** Deixar de apresentar os documentos exigidos no item anterior;
- c)** Erro na execução dos serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- d)** Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato;
- e)** Erro ou vício das faturas;
- f)** Apresentação de fatura com CNPJ diferente do constante no processo licitatório e no contrato.

11.7.2 – Na situação da alínea “e” acima referenciada, será facultado a CONTRATADA o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

11.7.2 – Ainda, na ocorrência da hipótese prevista na alínea “e”, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CAPÍTULO XII

12 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

12.1 – O prazo para a execução dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, em conformidade com o estabelecido no **item 5** das INSTRUÇÕES.

12.2 – Entende-se como prazo de execução, o tempo em dias corridos necessários para que os serviços sejam devidamente aceitos pela Companhia.

12.3 – Todo serviço em desacordo com as Especificações Técnicas, assim como as faltas verificadas no ato do seu recebimento, de responsabilidade da CONTRATADA, deverá ser corrigido. Nestes casos, o prazo para correção será determinado pela DESO e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas em Contrato.

12.4 – A eventual reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

12.5 – Os prazos de entrega dos serviços poderão ser alterados nos seguintes casos:

- a)** Em consequência da alteração de quantitativos, nos limites previstas no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93;
- b)** Por motivo de força maior devidamente comprovado, previsto no Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro;
- c)** Nenhuma parte será responsável para com a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior, desde que devidamente comprovado;
- d)** Enquanto perdurarem os motivos de força maior, cessarão os deveres e responsabilidades, de ambas as partes, com relação aos serviços contratados;
- e)** Os atrasos provenientes de greves ocorridas na Empresa CONTRATADA, não deverão ser avocados como decorrentes de força maior.

12.6 – Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades, deverá comunicar, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração de prazo pretendida.

12.7 – O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não do fato de força maior, podendo a DESO, constatar, em fase ulterior, a veracidade do fato.

12.8 – Constatada a interrupção dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no Contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário, a retomada dos serviços.

- Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazos será devidamente solução para ambas as partes.
- Entretanto, se a retomada dos serviços por motivo de força maior, demandar um prazo superior a 90 (noventa) dias corridos a DESO poderá rescindir o Contrato, no todo ou em parte, mediante comunicação por escrito à CONTRATADA, e através do competente Termo de Rescisão.

CAPÍTULO XIII

13 – CONDIÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS

13.1 – A CONTRATADA deverá cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções estabelecidas por esta Companhia;

13.2 – O não cumprimento das normas vigentes sobre Segurança e Medicina do Trabalho, uma vez constatada, implica em embargo dos serviços, com ônus para a CONTRATADA;

13.3 – A CONTRATADA obriga-se, na execução do Contrato a cumprir a legislação e as normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, bem como os dispositivos nas instruções fornecidas pela DESO, facilitando a fiscalização sem aviso prévio, por pessoas credenciadas;

13.4 – Todo acidente do qual decorrer lesão corporal, que impeça o acidentado de voltar ao trabalho no mesmo dia ou no dia seguinte, bem como os acidentes sem lesão, devem ser comunicados de imediato ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho desta Companhia;

13.5 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

13.6 – No caso de acidentes no local do serviço, a CONTRATADA deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro às vítimas;
- Paralisar imediatamente os serviços nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar mudanças nas circunstâncias relacionadas ao acidente;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da fiscalização da DESO no lugar da ocorrência e relatar o fato.

13.7 – Os materiais a serem empregados na execução dos serviços, caso seja necessário, serão novos, de boa qualidade e obedecerão às especificações e às normas da ABNT;

13.8 – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.9 – A CONTRATADA obriga-se a realizar os serviços em estrita obediência as INSTRUÇÕES, suas Especificações Técnicas e Anexos, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA em epígrafe, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato;

13.10 – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

13.11 – As PROPONENTES obrigam-se a elaborar suas propostas, em estrita obediência as INSTRUÇÕES, suas Especificações Técnicas e Anexos, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA em epígrafe, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato.

CAPÍTULO XIV

14 – MULTAS

14.1 – Excluída a ocorrência de caso fortuito e de força maior comprovados, na forma do Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, bem como ocorrências não notificadas pela CONTRATADA, o atraso na entrega dos serviços e o não atendimento de outras condições contratuais, assegurarão a DESO o direito de cobrar, em notificação por escrito, a título de multa, as importâncias abaixo, sem prejuízo da faculdade de rescindir o futuro Contrato.

14.2 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA RA das exigências contra-

tuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, no caso de primeira falta, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor total do Contrato.

14.3 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, em caso de reincidência, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância de 0,03% (três centésimo por cento) do valor total do Contrato.

14.4 – As multas a que porventura a CONTRATADA der causa, serão descontadas do primeiro documento de cobrança por ela apresentada, após a aplicação da penalidade ou dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.

14.5 – No caso de saldo, a DESO se reserva o direito de efetuar ou complementar a dedução em documento(s) de cobrança vinculado(s) a qualquer outro instrumento contratual eventualmente mantido com a CONTRATADA ou de utilizar qualquer outro meio adequado à liquidação do crédito/débito, se necessário.

14.6 – O correspondente à soma dos valores básicos das multas específicas no sub itens 14.2 e 14.3 fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

14.7 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesta contratação ou na lei, nem na responsabilidade da CONTRATADA, por perdas e danos que causar a DESO, em consequência de inadimplemento das condições não ajustadas.

14.8 – A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da notificação, caso em que a DESO comunicará a manutenção ou relevação da multa.

CAPÍTULO XV

15 – GARANTIA CONTRATUAL

15.1 – A empresa CONTRATADA, para garantia da execução do Contrato, apresentará na 5.0.11.00/GFIN – Gerência Financeira desta Companhia, no prazo de 20 (vinte) dias da emissão da ordem de serviço, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, em uma das seguintes modalidades: **1 – Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública; 2 – Seguro Garantia; 3 – Fiança Bancária.**

15.2 – Caso a Garantia prestada pela CONTRATADA seja em moeda corrente, a mesma será depositada em Conta a ser indicada pela DESO, a fim de se manter sua atualização financeira.

15.3 – A garantia prestada nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deverá ser apresentada com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.4 – Fica estabelecido que a Garantia prestada não poderá ser parcelada nas faturas pagas à CONTRATADA.

15.5 – Se, por qualquer razão, durante a execução do Objeto, for necessária a prorrogação do prazo de execução do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos mesmos termos e condições originalmente aprovados pela DESO.

15.6 – Se, no decorrer da execução do Contrato, a CONTRATADA solicitar a substituição da garantia prestada, a área gestora do Contrato deverá justificar a conveniência da substituição.

15.7 – A Garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.8 – A prestação da Garantia Adicional quando exigida, deverá ser recolhida à Tesouraria da DESO, sendo obrigatória a sua comprovação perante a Assessoria Jurídica, no ato de assinatura do Contrato.

15.9 – No caso das rescisões a devolução da Garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 79, § 2º, I e 80, III da Lei nº 8.666/93.

15.10 – A garantia prestada pela CONTRATADA, será liberada pelo 5.0.11.00/GFIN, após emissão do “TERMO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS”.

15.11 – Cessará a guarda das Garantias que não forem resgatadas pela CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua liberação, cabendo a DESO a inutilização das mesmas.

CAPÍTULO XVI

16 – REAJUSTAMENTO

16.1 – Na hipótese da Proposta de Preços contratada ultrapassar a periodicidade de doze (12) meses, o seu preço será reajustado pelo IGP-M, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V \cdot \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = Índice setorial de preços constante da coluna correspondente, referente ao mês em que é devido o reajuste.

I₀ = Índice setorial de preços constante da coluna correspondente, referente ao mês da apresentação da proposta;

V = Valor da fatura.

16.2 – Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

16.3 – Em nenhuma hipótese serão reajustados os serviços executados e faturados dentro da periodicidade anual.

CAPÍTULO XVII

17 – RESCISÃO

17.1 – O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. **77** a **80** da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO XVIII

18 – FORO

18.1 – Será eleito o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, renunciando outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação do Contrato decorrente desta CONCORRÊNCIA.

18.2 – Este Edital Alterado foi concebido conforme com as **INSTRUÇÕES ALTERADAS** elaboradas pelo Superintendente de Sistemas de Esgotamento Sanitário – 4.3.00.00/SUES, Sr. **Jethro Duarte Moreira** e aprovado pelo Diretor de Operações – 4.0.00.00/DO, desta empresa, **Sílvio Múcio Farias**.

Aracaju, 04 de dezembro de 2017.

TÂNIA ÁLVARES BEZERRA
ADVOGADA/DESO – OAB/SE 1.127
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos
1.0.07.00/ASLC

ANEXOS

ANEXO I	=	MODELO DE CARTA CREDENCIAL
ANEXO II	=	DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
ANEXO III	=	DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR
ANEXO IV	=	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO
ANEXO V	=	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
ANEXO VI	=	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL
ANEXO VII	=	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VIII	=	INSTRUÇÕES

ANEXO I
MODELO DE CREDENCIAL

**CARTA CREDENCIAL PARA O(S) REPRESENTANTE(S)
AS SESSÕES DE ABERTURA DE PROPOSTAS**

PROPONENTE

LOCAL E DATA

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

ASSUNTO: **PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA
CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/
SUES).**

A **(nome da empresa)**, por seu responsável legal infra-assinado, CREDENCIAL o(s) Sr.(s) e
..... Carteira(s) de Identidade n.º e, inscrito no CNPF
sob o n.º e que é (são) a(s) pessoa(s)
devidamente AUTORIZADA(s) nos termos do Art. 1.288 do Código Civil Brasileiro para que
nos representem junto a essa **DESO**, consoante o estabelecido no Edital, com plenos poderes
irretratáveis e irrevogáveis para impetrar, impugnar ou desistir de recursos, e em
geral para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes à CONCORRÊNCIA em epígrafe,
ficando-lhe(s) vedado o substabelecimento.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do Responsável legal pelo PROPONENTE)
(Nome do PROPONENTE)

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(PROPONENTE)

Referente CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/SUES).

....., inscrita no CNPJ/MF sob nº
....., por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
..... e do CNPF nº....., **DECLARA** que a LICITANTE acima
qualificada atende as condições de Habilitação exigidas neste Instrumento convocatório, de
acordo com o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 5.848 de 16 de março de
2006.

Local e data: de de 2016.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR****(PROPONENTE)**

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/SUES).**

..... **(QUALIFICAR A EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF sob nº, por intermédio de seu representante legal o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM OU NÃO ().

Local e data.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO

À

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

ARACAJU – SERGIPE

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/SUES).**

Prezados Senhores

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^a., nossa Proposta relativa a CONCORRÊNCIA em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

DECLARAMOS nossa expressa aceitação das condições da referida CONCORRÊNCIA e com a emissão de Notas Fiscais e Fatura diretamente à DESO.

DECLARAMOS que o prazo de validade da nossa proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de abertura da mesma.

Atenciosamente,

Responsável pela Empresa.

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
RUA CAMPO DO BRITO Nº 331 – ARACAJU/SE

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/SUES).**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO E SUÇÃO A VÁCUO, MONTADOS SOBRE CHASSIS DE CAMINHÕES COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA DESOBSTRUÇÃO, LAVAGEM DE REDE DE ESGOTO E LIMPEZA DE POÇOS DE VISITA, POÇOS DE SUÇÃO, DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E DE TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OPERADO PELA DESO EM SERGIPE.**

Em atendimento à determinação do Edital, em seu item **8.8**, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
Carteira de Identidade (Nº e órgão expedidor)
Endereço:

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL**

A

DESO**Rua Campo do Brito nº 331****Bairro São José****ARACAJU – ESTADO DE SERGIPE**Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA – DESO (DO/SUES).**

A (**nome da empresa LICITANTE**), por seu representante legal, infra-signatário DECLARA para os devidos fins de direito que conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal; que tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio ambiente do local e região onde se realizarão as obras e serviços objeto licitação em epígrafe; que assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pela DESO, e pelos órgãos específicos de controle ambiental; que se responsabiliza pelo cumprimento do conteúdo no relatório de impacto de meio ambiente, a solicitação do atestado de sua liberação, autorização de obras e demais requisitos necessários à regulamentação das obras e serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário.

DECLARA, também, que assume sem repasse a DESO, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venha a ser associados às obras e aos serviços licitados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

....., ... de de 2017.

(Nome e assinatura do Responsável Legal da empresa LICITANTE)

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços, sob o regime de empreitada por Preços Unitários que entre si fazem a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** e a empresa, na forma abaixo:

PREÂMBULO

1. DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

Pelo presente instrumento particular a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, nos termos do Decreto-Lei nº 109 de 25 de agosto de 1969, com as alterações e acréscimos do Decreto-Lei nº 268 de 16 de janeiro de 1970 e da Lei Estadual nº 4.898 de 10 de julho de 2003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.018.171/ 0001-90 e no Cadastro Estadual sob o nº 27.051.036-2, com sede à Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro Praia 13 de Julho – Aracaju/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Presidente **Carlos Fernandes de Melo Neto**, brasileiro, casado, engº civil, inscrito no CNPF sob o nº 661.828.835-53 e seu Diretor de Operações **Sílvio Múcio Farias**, brasileiro, casado, engº civil, inscrito no CNPF sob o nº 068.383.915-20 e a empresa, com sede na Rua, nº – Bairro, em, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu Representante Legal o Sr., inscrito no CNPF sob o nº, resolvem celebrar o presente **CONTRATO** que se regerá pelas seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

2. DA FINALIDADE – O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas a execução dos serviços definidos e especificados na **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho datado de 16.11.2017 do Senhor Presidente da DESO, no Processo Administrativo nº 94469/2017.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL – Esta adjudicação decorre de licitação sob modalidade de **CONCORRÊNCIA**, nos termos e condições do Edital nº **024/2017 – ALTERADO**, cujo resultado foi homologado em data de pelo Presidente desta Companhia, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – Contratação de serviço de locação de equipamento combinado de hidrojateamento e sucção a vácuo, montados sobre chassis de caminhões compatíveis com o equipamento e fornecimento de mão de obra para desobstrução, lavagem de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos sistemas de esgotamento sanitário operado pela DESO em Sergipe.

1.2 – EQUIPAMENTO, INSUMOS E RECURSOS HUMANOS

1.2.1 – Caminhão truck para limpeza de redes: Caminhão truck combinado com hidro-jato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque mínima de 14.000 litros, sendo 8.000 litros para detritos, 6.000 litros para água limpa(hidro). Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 260 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões truck compatíveis com o equipamento.

1.2.2 – Caminhão toco para limpeza de redes: Caminhão toco combinado com hidro-jato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque de 10.000 litros, sendo 7.000 litros para detritos e 3.000 litros para água limpa. Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 260 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões toco compatíveis com o equipamento.

1.2.3 – Caminhão toco para limpeza de elevatórias e estações de tratamento: Caminhão toco combinado com hidro-jato e bomba de vácuo, com capacidade do tanque de 10.000, sendo 7.000 litros para detritos e 3.000 litros para água limpa e com cabine estacionária para transporte (04) passageiros. Bomba de vácuo anel líquida com deslocamento de ar de 24,5m³/mim, rotação de 1.300RPM, potência de 33hp, sentido anti-horário, pressão de vácuo de 760mm/hg, sugando até 10mt de profundidade do nível mar e distância de até 100metros do local da sucção ao equipamento, 30metros de mangueira de 3" e bomba de hidrojateamento com capacidade mínima de 102 lt/mim, 160 bar, carretel hidráulico, um rolo de mangueira de 3/4" cor laranja de no mínimo 120 metros para alta pressão de até 7.500 bar. Os equipamentos de vácuo e de hidrojateamento deverão ser acionada pela tomada de força do próprio equipamento e caixa de transferência respectivamente, montados sobre chassis de caminhões toco compatíveis com o equipamento.

Observações: 1 – Cada caminhão deve conter no mínimo 03 bicos reserva compatíveis com o equipamento, sinalizador rotativo intermitente na cor âmbar com base imantada, solto com plug para ligação no acendedor de cigarro do veículo e suporte para cone de sinalização.

2 – Deverá estar incluído na proposta a operação do equipamento por pessoa treinada e habilitada para dirigir caminhão, portador de CNH categoria "D", que desenvolverá os serviços sob orientação e supervisão da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA é obrigada a afastar imediatamente do serviço qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.

3 – O caminhão a jato/vácuo deverá ter adesivo em suas laterais com as seguintes palavras: "**A Serviço da DESO**", respeitando os padrões adotados pela DESO.

4 – Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de óleo lubrificante, ARLA e os demais insumos (**exceto combustível**), necessários para o desenvolvimento dos serviços, bem como a manutenção dos equipamentos e acessórios respectivos, inclusive substituição de peças danificadas durante os serviços.

5 – Na execução dos trabalhos, deve haver proteção contra o risco de acidente com o pessoal da CONTRATADA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco a Companhias ou Institutos Seguradores.

1.3 – DAS GENERALIDADES

1.3.1 – A DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviço, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área de atendimento e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta concorrência.

1.3.2 – A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo prazo contratual os equipamentos com as características dadas no **item 1.2**, que deverão atuar nos serviços de limpeza de rede de esgoto e limpeza de poços de visita, poços de sucção, de estações elevatórias e de tratamento dos Sistemas de Coleta de Esgotos operados pela DESO.

1.3.3 – Os serviços poderão ser solicitados em qualquer dia da semana, no horário das 7:00 às 17:00h. Não serão pagas horas extras e nem Km excedente nesta prestação de serviço.

1.3.4 – Os serviços serão fiscalizados por pessoal pertencente à DESO, ou por pessoa física ou jurídica por ela designada, doravante indicada pelo nome de FISCALIZAÇÃO.

1.3.5 – Durante o prazo contratual os equipamentos serão de uso exclusivo da DESO, devendo ser recolhidos ao pátio desta Companhia ou outro local indicado pela FISCALIZAÇÃO, ao final dos serviços conforme detalhamento abaixo:

1.3.6 – Os veículos deverão ser equipados com sistema de rastreamento e a DESO deverá ter acesso ao mesmo para uma melhor fiscalização dos serviços executados pela CONTRATADA.

- **Para a Região Metropolitana de Aracaju** – atuará na Região Metropolitana de Aracaju)
Veículo sediado na SUES/DESO – D.I.A – Aracaju

04 (quatro) unidades do equipamento especificado no **item 1.2.1**

- **Para a Regional Norte** – atuará na Região Norte do Estado de Sergipe.

Veículo sediado em Propriá /SE

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.2**

- **Para a Regional Sul** – atuará na Região Sul do Estado de Sergipe.

Veículo sediado na DESO LAGARTO/SE

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.2**

- **Para Limpeza de EEE** – atuará em todo o Estado de Sergipe

Veículo sediado na SUES/DESO – D.I.A – Aracaju

01 (uma) unidade do equipamento especificado no **item 1.2.3**

1.3.7 – A CONTRATADA deverá dispor de veículos reserva com as mesmas referências dos **item 1.2.1 a 1.2.3**, para substituição imediata em caso de quebra ou eventual manutenção dos veículos locados, e o mesmo deverá ficar à disposição da CONTRATANTE em garagem própria da CONTRATADA, desde que a mesma tenha garagem licenciada pelo órgão municipal de meio ambiente.

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1 – A DESO pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços especificados na CLÁU-

SULA I deste instrumento, o valor de R\$ (.....).
.....).

CLÁUSULA III – DO PRAZO

3.1 – O prazo para a execução dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data da emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

3.1.1 – A DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviços Parciais, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área dos serviços e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços.

3.2 – A CONTRATADA, com domicílio no Estado de Sergipe, será convocada, para a assinatura das 02 (duas) vias do Contrato, devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitá-la às penalidades previstas no Pregão Eletrônico originante deste Instrumento.

a) Para a CONTRATADA com domicílio fora do Estado de Sergipe, será enviada ao endereço de email fornecido pela mesma, a mídia digitalizada do Contrato no formato PDF, que deverá ser assinada em 02 (duas) vias, cuja devolução de ambas deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA IV – DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 – Para os pagamentos decorrentes deste Contrato, serão utilizados recursos financeiros provenientes da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

CLÁUSULA V – DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 – Quando da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias (INSS), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e, as Certidões Negativas de Débitos Municipais (ISSQN), dentro do prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 – Os serviços serão executados de acordo com o INSTRUÇÕES, seus Anexos e Especificações, elementos integrantes do Instrumento originante deste Contrato, legislação pertinente e proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VII – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 – A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização escrita da CONTRATANTE.

7.2 – A autorização de subcontratação concedida pela CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA VIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 – Os serviços objeto deste Contrato serão pagos mediante **medições mensais**, correspondentes aos serviços efetivamente executados, mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E. nº 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO.

a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.

c) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

8.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus anversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

- Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: **nfse@deso-se.com.br**, para recepcionar as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas contratadas.

8.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

8.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei nº 12.440/2011)

8.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

8.1.5 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município – CND Municipal, como também a Certidão de Regularidade de Tributos (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, fornecida pelo órgão competente e, ainda:

- Comprovação do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no Município onde o serviço está sendo executado, referente aos recebimentos do mês anterior, identificando a obra;
- Quando do pagamento da última parcela, será comprovado o recolhimento do ISS, tanto referente aos pagamentos do mês anterior, como da parcela em questão.

8.1.6 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia (R.D.E nº 21/2015);

8.1.8 – Apresentar DARF da retenção de 1,5% IRPJ e DARF da retenção de 4,65% (CSII, COFINS, PIS/PASEP);

8.1.9 – Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regi-

onal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe – CREA/SE (quando do 1º pagamento);

8.1.10 – Declaração da CONTRATADA, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada;

8.2 – A DESO adotará, como base para apuração dos cálculos de retenção, a alíquota definida na legislação previdenciária vigente, observando-se os critérios abaixo transcritos, recolhendo para o INSS o valor retido em documento de arrecadação e a denominação social da CONTRATADA.

a) Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela CONTRATADA, discriminados no Contrato e na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados;

b) Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em Contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a:

- 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

8.2.1 – As empresas dispensadas de retenções, deverão entregar a declaração, anexa ao documento de cobrança, a que se refere à IN SRF 480/2004 e IN SRF 539/2005, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de se não o fizerem, se sujeitarão à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal.

8.3 – Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, além dos documentos exigidos acima, a baixa dos serviços, junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

8.4 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena de incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária em outras Praças.

8.5 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item **8.1** acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até a data do seu efetivo pagamento.

a) Havendo requerimento do contratado, para o caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º dia, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, ou seja, antes do 30º dia, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo.

8.6 – Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de socie-

dade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

CLÁUSULA IX – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

9.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- a)** Deixar de apresentar declaração que tem contabilidade regularizada e cópia do Diário Contábil;
- b)** Deixar de apresentar os documentos exigidos no item anterior;
- c)** Erro na execução dos serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- d)** Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato;
- e)** Erro ou vício das faturas;
- f)** Apresentação de Fatura/Nota Fiscal/Recibo, com CNPJ diferente do constante do preâmbulo deste instrumento.

9.2 – Na situação da alínea “e” acima referenciada, será facultado ao LICITANTE o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

9.3 – Ainda, na ocorrência da hipótese prevista na alínea “e” acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – Executar os serviços, conforme requisitos estabelecidos nas Especificações e demais termos do Edital e das INSTRUÇÕES;

10.2 – Manter, durante todo o período de vigência da contratação do serviço, todas as condições para atender plenamente as condições de funcionamento contínuo e de boa qualidade;

10.3 – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

10.4 – Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

10.5 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os CONTRATANTES.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 – Responsabilizar-se pela conferência dos serviços, podendo solicitar da CONTRATA-

DA a correção de eventuais defeitos ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até seu refazimento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do seu recebimento, caso o mesmo não obedeça às suas especificações;

11.2 – Analisar, através do Gestor do Contrato, todas as Faturas/Notas Fiscais/Recibos, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento, providenciando seu encaminhamento para pagamento ou devolução à CONTRATADA, em caso de erro ou vício das mesmas;

11.3 – Efetuar, após a entrega dos materiais, a verificação dos mesmos, e comparando com as especificações descritas nas INSTRUÇÕES do Pregão originante deste Contrato e as normas vigentes, os resultados determinar a sua aceitação ou rejeição, no todo ou em parte.

11.4 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, como também, aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

11.5 – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA XII – DAS MULTAS

12.1 – Excluída a ocorrência de caso fortuito e de força maior comprovados, na forma do Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, bem como ocorrências não notificadas pela CONTRATADA, o atraso na entrega dos serviços e o não atendimento de outras condições contratuais, assegurarão a DESO o direito de cobrar, em notificação por escrito, a título de multa, as importâncias abaixo, sem prejuízo da faculdade de rescindir o futuro Contrato.

12.2 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, no caso de primeira falta, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor total do Contrato.

12.3 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, em caso de reincidência, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância de 0,03% (três centésimo por cento) do valor total do Contrato.

12.4 – As multas a que porventura a CONTRATADA der causa, serão descontadas do primeiro documento de cobrança por ela apresentada, após a aplicação da penalidade ou dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.

12.5 – No caso de saldo, a DESO se reserva o direito de efetuar ou complementar a dedução em documento(s) de cobrança vinculado(s) a qualquer outro instrumento contratual eventualmente mantido com a CONTRATADA ou de utilizar qualquer outro meio adequado à liquidação do crédito/débito, se necessário.

12.6 – O correspondente à soma dos valores básicos das multas específicas nos subitens 14.2 e 14.3 fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

12.7 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesta contratação ou na lei, nem na responsabilidade da CONTRATADA, por perdas e danos que causar a DESO, em consequência de inadimplemento das condições não ajustadas.

12.8 – A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada dentro do prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da notificação, caso em que a DESO comunicará a manutenção ou relevação da multa.

CLÁUSULA XIII – DA GARANTIA / GARANTIA ADICIONAL

13.1 – A empresa CONTRATADA, para garantia da execução do Contrato, apresentará na 5.0.11.00/GFIN – Gerência Financeira desta Companhia, no prazo de 20 (vinte) dias da emissão da ordem de serviço, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, na modalidade de

13.2 – Caso a Garantia prestada pela CONTRATADA seja em moeda corrente, a mesma será depositada em Conta a ser indicada pela DESO, a fim de se manter sua atualização financeira.

13.3 – A garantia prestada nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deverá ser apresentada com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

13.4 – Fica estabelecido que a Garantia prestada não poderá ser parcelada nas faturas pagas à CONTRATADA.

13.5 – Se, por qualquer razão, durante a execução do Objeto, for necessária a prorrogação do prazo de execução do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos mesmos termos e condições originalmente aprovados pela DESO.

13.6 – Se, no decorrer da execução do Contrato, a CONTRATADA solicitar a substituição da garantia prestada, a área gestora do Contrato deverá justificar a conveniência da substituição.

13.7 – A Garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

13.8 – No caso das rescisões a devolução da Garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 79, § 2º, I e 80, III da Lei nº 8.666/93.

13.9 – A prestação da Garantia Adicional, quando exigida, deverá ser recolhida à Tesouraria da DESO, sendo obrigatória a sua comprovação perante a Assessoria Jurídica, no ato de assinatura do Contrato.

13.10 – A garantia prestada pela CONTRATADA, será liberada pelo 5.0.11.00/GFIN, após emissão do “TERMO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS”.

13.11 – Cessará a guarda das Garantias que não forem resgatadas pela CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua liberação, cabendo a DESO a inutilização das mesmas.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS

14.1 – A CONTRATADA deverá cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções estabelecidas por esta Companhia;

14.2 – O não cumprimento das normas vigentes sobre Segurança e Medicina do Trabalho, uma vez constatada, implica em embargo dos serviços, com ônus para a CONTRATADA;

14.3 – A CONTRATADA obriga-se, na execução do Contrato a cumprir a legislação e as normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, bem como os dispositivos nas instruções fornecidas pela DESO, facilitando a fiscalização sem aviso prévio, por pessoas credenciadas;

14.4 – Todo acidente do qual decorrer lesão corporal, que impeça o acidentado de voltar ao trabalho no mesmo dia ou no dia seguinte, bem como os acidentes sem lesão, devem ser comunicados de imediato ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho desta Companhia;

14.5 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

14.6 – No caso de acidentes no local do serviço, a CONTRATADA deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro às vítimas;
- Paralisar imediatamente os serviços nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar mudanças nas circunstâncias relacionadas ao acidente;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da fiscalização da DESO no lugar da ocorrência e relatar o fato.

14.7 – Os materiais a serem empregados na execução dos serviços, caso seja necessário, serão novos, de boa qualidade e obedecerão às especificações e às normas da ABNT;

14.8 – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.9 – A CONTRATADA obriga-se a realizar os serviços em estrita obediência as INSTRUÇÕES, suas Especificações Técnicas e Anexos, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA em epígrafe, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato;

14.10 – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta CLÁUSULA, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

CLÁUSULA XV – DO REAJUSTAMENTO

1.1 – Na hipótese da Proposta de Preços contratada ultrapassar a periodicidade de doze (12) meses, o seu preço será reajustado pelo IGP-M, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V \cdot \frac{I_1 - I_0}{I_0} \quad \text{Onde:}$$

R = Reajuste;

I₁ = Índice setorial de preços constante da coluna correspondente, referente ao mês em que é devido o reajuste;

I₀ = Índice setorial de preços constante da coluna correspondente, referente ao mês da apresentação da proposta;

V = Valor da fatura.

15.2 – Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

15.3 – Em nenhuma hipótese serão reajustados os serviços executados e faturados dentro da periodicidade anual.

CLÁUSULA XVII – ELEMENTOS INTEGRANTES

17.1 – Integram este Contrato:

- a) CONCORRÊNCIA Nº 024/2017 – ALTERADA, de 11.01.2018;
- b) Proposta da CONTRATADA de 2018;
- c) Documentação da CONTRATADA (Certidões);
- d) Homologação do Presidente de 2018;
- e) Publicação.

CLÁUSULA XVIII – DA RESCISÃO

18.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. **77** a **80** da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XIX – FORO

19.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da interpelação deste instrumento.

19.2 – E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, para um só fim legal.

Aracaju, ... de de 2018.

"....."
CONTRATADA

"CARLOS FERNANDES DE MELO NETO"
PRESIDENTE – DESO

"TÂNIA ÁLVARES BEZERRA"
ADVOGADA/ASJLC – DESO

"SÍLVIO MÚCIO FARIA"
DIRETOR DE OPERAÇÕES – DESO

ANEXO I

Item	Descrição	Und	Qtde	P. Unit (R\$)	P. Total (R\$)
1	Serviços de desobstrução de Redes de Esgotos com caminhão truck Jato/Vácuo e tanque de 14.000 litros (4 equipamentos completos)	Diária	1.460 (365x4)		
2	Serviços de desobstrução de Redes de Esgotos com caminhão toco Jato/Vácuo e tanque de 10.000 litros (2 equipamentos completos)	Diária	730 (365x2)		
3	Serviços de sucção e limpeza em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento com Caminhão Jato/Vácuo e tanque de 10.000 litros com cabine estacionária (1 equipamento completo)	Diária	365 (365x1)		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO				R\$	

* * * * *

ANEXO VIII
INSTRUÇÕES